Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Planner Corretora de Valores S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.806.535/0001-54**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **exercício ou semestre** findo em **30 de Junho de 2021**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil**.**

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia **04 de Novembro de 2021** no sítio eletrônico: **https://www.planner.com.br/compliance/.**

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Planner Corretora de Valores S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

MARCUS EDUARDO DE ROSA:03008405860 Assinado de forma digital por MARCUS EDUARDO DE ROSA:03008405860 Dados: 2021.11.05 10:17:18 -03'00'

Marcus Eduardo De Rosa
Diretor de Contabilidade

REINALDO DANTAS:76895599800 Assinado de forma digital por REINALDO DANTAS:76895599800 Dados: 2021.11.05 09:56:43 -03'00'

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A. S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2021.

O **prejuízo** do semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de **R$ 3.256 mil**.

A Planner passou nos últimos 2 anos por um processo de cisão de sua controladora Planner Holding Financeira S.A., em que um dos sócios se desligou da companhia, resultando em uma reestruturação da Corretora, principal empresa do conglomerado. Tal cisão resultou na necessidade de investimentos e atualização das plataformas da Corretora, que passa atualmente por um processo de transformação digital em que estão sendo realizados investimentos em infraestrutura para atendimento a clientes, melhorias em processos e plataformas operacionais. Entre estes projetos, cabe ressaltar o objetivo da Corretora de oferecer aos seus clientes uma plataforma completa de produtos, no modelo *full service*, explorando todas as permissões que possui como instituição financeira, disponibilizando aos seus clientes todos os produtos e serviços financeiros que uma Corretora pode oferecer.

Visando evitar futuros desenquadramentos nos limites mínimos exigidos e eventual necessidade de capital, será feito ainda no ano de 2021 um ingresso de capital na Corretora através de operação estruturada por meio de um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios Não-Padronizado (FIDC NP), em que o FIDC terá como cotista a Planner Holding Financeira S.A. (acionista da Planner Corretora de Valores S.A.) e os recursos aportados serão utilizados para aquisição dos créditos lançados no balanço, passíveis de provisão. Tanto os direitos como as obrigações por estes créditos serão transferidos da Corretora para o FIDC, que terá como cotista a Planner Holding Financeira S.A., acionista da Corretora.

Ressaltamos o compromisso da Corretora em se manter enquadrada nos limites estabelecidos pelos reguladores para execução de suas atividades operacionais, garantindo a seus clientes e ao mercado segurança e credibilidade nos serviços prestados.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2021, os limites operacionais **da Corretora**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

(Contábil e preliminar. Somente para discussão.)

Veneziani
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores – Diretores e Acionistas da
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
São Paulo – SP

Opinião adversa sobre as demonstrações contabeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. (*"Planner"*)** que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, devido à importância do assunto discutido no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.,** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião adversa

Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundo de Investimento

Em 30 de junho de 2021, a ***"Planner"*** possuía investimento no 49Booster Venture Builder FIP o montante de R$ 403 mil. Não tivemos acesso às demonstrações contábeis, notas explicativas e relatório dos auditores independentes referente a auditoria deste Fundo. Como consequência não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação do valor investido pelo Fundo em 30 de junho de 2021 e dos possíveis efeitos no resultado e patrimônio da ***"Planner"*** no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Títulos dados em Garantia de Oper. Bolsas

Em 30 de junho de 2021 a ***"Planner"*** apresentou registrado na conta "Títulos dados em Garantia de Operação de Bolsa" as LFTs conforme Extrato de Custódia do SELIC e apresentou também a cópia do "Relatório de Garantia Depositadas – Garantias de Operações" emitido pela (B3) BM&F BOVESPA onde constava as LFTs. Recebemos a confirmação dos assessores jurídicos conforme correspondência de 30 de junho de 2021 informando a existência de um depósito garantia no valor de R$ 5 milhões de reais em razão da celebração de "Termo de Compromisso" da ***"Planner"*** com o Ministério Público no bojo dos autos no. 0060082-55.2016.4.01.3400. Até o encerramento do trabalho de auditoria não recebemos a evidência suficiente com relação às LFTs registradas

contabilmente, de que corresponde ao deposito em garantia de 5 milhões conforme o "Termo de Compromisso" auto no. 0060082-55.2016.4.01.3400.

Rendas a receber

Conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 6.5, às demonstrações contábeis, no semestre findo em 30 de junho de 2021, a **"Planner"** mantinha registrado no ativo circulante saldo de R$ 11.400 mil correspondentes a Taxa de Administração de Fundos (R$ 10.969 mil), Prestação de Serviços de Assessoria (R$ 332 mil) e Comissões e Corretagens a Receber (R$ 99 mil). A Administração da **"Planner"** não constituiu a Provisão para Perda de Devedores Duvidosos no valor de R$ 8.152 mil conforme estabelece a Res. 2682 do Banco Central do Brasil, constituindo apenas a provisão descrita na Nota Explicativa no. 08.

Outros Créditos Diversos – Devedores Diversos

Conforme Nota Explicativa 7.1 (a), o saldo de R$ 17.340 mil refere-se substancialmente a valores a receber de despesas pagas a Fundos, Clubes e Debenturistas (R$4.747 mil), saldo a receber de clientes referentes à confissão de dívidas (R$ 7.382mil) e Valores a Receber da Prosper Corretora (R$ 3.305 mil), cujos saldos apresentam atraso a longa data, sem o registro contábil da respectiva provisão para perdas. Recebemos a confirmação da Columbos Participações Ltda., atual denominação da Prosper S/A Corretora de Valores e Câmbio de que em 30 de junho de 2021 não possuía valor pendente ou saldo em nome da "**Planner**".

Outros Créditos Diversos – Valores a Receber de Sociedades Ligadas

Conforme Nota Explicativa 7.1.(d) o saldo de R$ 4.779 refere-se a valores a receber de sociedades ligadas da Planner Holding Financeira S.A. (R$ 491 mil) e da Planner Trustee DTVM Ltda. (R$ 4.288 mil), pendente de liquidação a longa data, sem o registro contábil da respectiva provisão. Por meio do procedimento de confirmação externa (circularização), junto a parte relacionada, recebemos da DTVM de que o saldo registrado era somente de R$ 870 mil.

Outros ativos – diversos – devedores por depósitos em garantia

Em 30 de junho de 2021 a **"Planner"** possui depósitos judiciais no montante de R$ 6.335 mil, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.1 (b), deste montante não tivemos acesso aos extratos atualizados nem a correspondente menção nas respostas à carta de confirmação (circularização) enviada aos assessores jurídicos no montante de R$ 532 mil. Como consequência, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do registro desse montante e dos possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021.

Outros Passivos - Credores diversos – país

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12.2.b, a **"Planner"** possui valores a repassar no montante de R$ 1.363 mil que estavam pendentes de conciliação em 30 de junho de 2021. Por meio de procedimentos de auditoria verificamos parte da conciliação desse saldo e até a conclusão de nossos exames não foi concluída a conciliação do montante de R$ 1.329 mil, correspondentes a valores a repassar de proventos a debenturistas, motivo pelo qual estamos impossibilitados de opinar, e por isso não opinamos, sobre a sua adequação e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021.

Resultado

Verificamos que em 30 de junho de 2021 a administração não constituiu a provisão para honorário de assessoria jurídica no valor de R$ 1.642 mil, bem como não registrou a provisão no valor de R$ 409 mil referente a confirmação da avaliação apresentada pela assessoria jurídica.

Limites operacionais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 – Limites Operacionais (acordo de Basiléia), a **"Planner"** apurou o índice de Basiléia para 30 de junho de 2021 em 12,54%. Devido aos possíveis impactos das qualificações mencionadas acima, não nos foi possível concluir sobre os possíveis desenquadramentos dos limites operacionais.

Ênfase

Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 12.1(a), onde consta que a **"Planner"**, no primeiro semestre de 2011, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 30 de junho de 2021, a homologação e consolidação dos débitos tributários incluídos neste REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Crédito tributário

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21 a **"Planner"** possui em 30 de junho de 2021, o montante de R$ 5.549 mil de saldo diferenças temporárias, correspondente ao crédito tributário no montante de R$ 1.822 mil Não foram preparados e apresentados estudos sobre a projeção de resultados tributários futuros conforme determina a Resolução nº 4.842/2020 do Conselho Monetário Nacional. Consequentemente, ficamos impossibilitados de concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021.

Evento Subsequente

Reestruturação societária

Conforme descrito na Nota Explicativa no. 27, o Banco Central do Brasil em 31 de agosto de 2021 aprovou a Ata de Assembleia Geral de 05 de outubro de 2020 a Planner Holding Financeira S.A, referente ao processo de reestruturação societária.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de junho de 2021 se a **"Planner"** tivesse registrado contabilmente todas a provisões, o Patrimônio Líquido estaria desenquadrado quanto ao limite operacional de Patrimônio de Referência Exigido (Limite de Basiléia) conforme normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, necessitando de efetuar o aporte de capital para o reenquadramento. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da **"Planner"**.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e semestre findo em 30 de junho de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria em 23 de março de 2021 e 18 de setembro de 2020, respectivamente, com opiniões com ressalva quanto aos assuntos, como segue: Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundo de Investimento, Títulos dados em Garantia de Oper. Bolsas, Rendas a receber, Outros Créditos Diversos – Devedores Diversos, Outros Créditos Diversos – Valores a Receber de Sociedades Ligadas, Outros ativos – diversos – devedores por depósitos em garantia, Outros Passivos - Credores diversos – país, Resultados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "**Planner**" e de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da "**Planner**" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis 'as "**Planner**" autorizadas a

funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "**Planner"** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "**Planner**" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da "**Planner**" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "**Planner**".
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "**Planner**". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "**Planner** "a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de outubro de 2021.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 Valores em R$ 1.000

A T I V O	NE	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE		**205.034**	**169.383**
DISPONIBILIDADES	**4**	**744**	**245**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**181.369**	**150.291**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	**4**	120.500	82.374
Títulos e valores mobiliários	**5**	30.631	33.342
Carteira de câmbio	**6.3**	1.221	-
Rendas a receber	**6.5**	11.400	16.364
Negociação e intermediação de valores	**6.4**	17.617	18.211
OUTROS ATIVOS		**22.921**	**18.847**
Outros créditos - Diversos	**7.1**	22.701	18.628
Despesas antecipadas		220	219
NÃO CIRCULANTE		**23.854**	**20.524**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**16.089**	**16.857**
Títulos e valores mobiliários	**5**	16.089	16.857
OUTROS ATIVOS		**6.788**	**6.802**
Outros créditos - Diversos	**7.1**	6.788	6.802
PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A:	**8**	**(219)**	**(3.536)**
Risco de rendas a receber e outros créditos		(219)	(3.536)
INVESTIMENTOS	**9**	**45**	**45**
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**1.147**	**337**
Outras imobilizações de uso		5.512	4.650
(Depreciações acumuladas)		(4.365)	(4.313)
INTANGÍVEL	**44**	**4**	**19**
Ativos Intangíveis		147	147
(Amortização acumulada)		(143)	(128)
TOTAL DO ATIVO		**228.888**	**189.907**

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 Valores em R$ 1.000

P A S S I V O	NE	30/06/21	31/12/20
CIRCULANTE		**205.887**	**164.042**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**192.394**	**151.775**
Depósitos	**6.1**	167.253	-
Relações interdependências	**62**	615	-
Carteira de câmbio	**6.3**	1.218	-
Negociação e intermediação de valores	**6.4**	23.308	151.775
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS		**28**	**63**
OUTROS PASSIVOS		**13.465**	**12.204**
Fiscais e previdenciárias	**12.1**	4.274	4.643
Diversas	**12.2**	9.191	7.561
NÃO CIRCULANTE		**7.014**	**6.570**
PROVISÕES		**7.014**	**6.570**
Fiscais e previdenciárias	**12.1**	3.565	3.658
Diversas - Passivos contingentes	**12.2**	3.449	2.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**15.987**	**19.295**
Capital:	**13.1**	22.840	22.840
De Domiciliados no país		22.840	22.840
Ajustes de avaliação patrimonial		42	94
(Prejuízos acumulados)		(6.895)	(3.639)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**228.888**	**189.907**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores em R$ 1.000

	NE	30/06/21	30/06/20
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**5.927**	**4.006**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.486	4.006
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		6	-
Resultado de operações de câmbio		435	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**5.927**	**4.006**
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		**(9.183)**	**(4.951)**
Receitas de prestação de serviços	**15**	31.476	28.150
Despesas de pessoal	**16**	(9.516)	(7.187)
Outras despesas administrativas	**17**	(26.161)	(22.021)
Despesas tributárias	**18**	(3.284)	(3.032)
Despesas com provisões associadas ao risco de crédito		(1.034)	(738)
Outras receitas operacionais	**19**	774	543
Outras despesas operacionais	**20**	(1.438)	(666)
RESULTADO OPERACIONAL		**(3.256)**	**(945)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**(3.256)**	**(945)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**21**	**-**	**(163)**
Provisão para imposto de renda		-	(96)
Provisão para contribuição Social		-	(67)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCICIO		**(3.256)**	**(1.108)**
Nº de ações .....:		**7.000**	**7.000**
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R$		**(465,14)**	**(158,30)**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores em R$ 1.000

	30/06/21	30/06/20
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**(3.256)**	**(1.108)**
RESULTADO ABRANGENTE	**(52)**	**(151)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	(52)	(151)
Ajuste TVM	(87)	(252)
IR de ajuste TVM	35	101
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(3.308)**	**(1.259)**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/01/21 a 30/06/21

	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21	22.840	94	(3.639)	19.295
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		(52)	-	(52)
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre			(3.256)	(3.256)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21	22.840	42	(6.895)	15.987
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(52)	(3.256)	(3.308)

Semestre de 01/01/20 a 30/06/20

	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/20	22.840	250	(2.086)	21.004
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		(151)		(151)
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre			(1.108)	(1.108)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/20	22.840	99	(3.194)	19.745
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(151)	(1.108)	(1.259)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020

Valores em R$ 1.000

	1º-SEM-21	1º-SEM-20
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	**(3.256)**	**(1.108)**
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	67	58
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.034	738
Provisão de impostos no resultado	-	163
	(2.155)	(149)
Variação de Ativos e Obrigações	41.694	3.975
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	7.764	13.512
(Aumento) redução de outros ativos	(8.227)	(1.020)
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	80
Aumento (redução) em outros passivos	42.157	(8.597)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**39.539**	**3.826**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	(914)	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(914)**	**(66)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**38.625**	**3.760**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	82.619	20.777
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	121.244	24.537

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- -

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
E exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros, está localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo.

A Corretora segue com os seus objetivos estratégicos de negócios, com o intuito de sustentar e ampliar a margem de lucros em suas atividades, intensificando sua atuação nos segmentos de administração, gestão e custódia de fundos de investimento, além de assessoria em operações estruturadas com ativos financeiros.

Com essas ações, em conjunto com os projetos em andamento, entre eles, o Projeto de Transformação Digital, a Administração espera oferecer aos seus clientes uma plataforma completa de produtos financeiros aliada a facilidades tecnológicas, resultando em rentabilidade para o negócio.

Com a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.811/2020, a qual permite que as Corretoras realizem operações no mercado de câmbio em sua conta própria até o limite de R$300, a Corretora decidiu em julho de 2020 iniciar a implantação de uma mesa de câmbio para atender a demanda já existente dos clientes que eram indicados para bancos parceiros. Com essa nova estrutura a Corretora já pode oferecer aos clientes os mais diversos serviços de câmbio utilizando a estrutura própria, bem como trabalhar no sentido de ampliar sua base de clientes através deste novo produto.

Operação Greenfield – desde 2016, vem sendo divulgado na mídia que o Ministério Público Federal – MPF e Polícia Federal estariam investigando a Planner Corretora de Valores S.A. e outras pessoas físicas e jurídicas com relação a operações ilícitas em fundos de investimentos. A Corretora não foi notificada até o momento, consequentemente, desconhece o conteúdo dessa ação. A Administração reafirma que a Corretora adere a todas as boas práticas de mercado e de conformidade no âmbito de sua estrutura de governança, bem como desconhece qualquer irregularidade na Administração dos Fundos.

Em 02 de abril de 2019, foram iniciadas tratativas para cisão da Planner Holding S.A. ("Holding"), até então controladora da Corretora. Nas negociações foram incluídas condições suspensivas, as quais foram sendo cumpridas e ratificadas nos 1°, 2° e 3° Aditamentos, sendo o último datado de 23 de setembro de 2020.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em

consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de julho de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base

no método exponencial, observando-se o critério "pro rata dia".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução do CMN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Corretora estão contemplados abaixo:

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", são ajustados pelo valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado são registrados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata dia*", ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida na adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período.

e) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

f) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear

considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

g) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

h) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível.

i) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;

- **Provisões**: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;

- **Obrigações legais** (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a

constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

k) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano. A provisão para Contribuição Social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

m) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN n° 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

n) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Resultado por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

q) Juros sobre capital próprio

A Administração da Corretora decide sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio caso haja lucro na empresa, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;

- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Corretora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2021 e 30 de dezembro de 2020, a Corretora não possuía resultado não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras ou suas notas explicativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	**744**	**245**
Caixa	2	2
Depósitos bancários	78	96
Reservas livres	48	147
Disponibilidades em moedas estrangeiras	616	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	**120.500**	**82.374**
Letras Financeiras do Tesouro	-	82.374
Letras do Tesouro Nacional	120.500	-
Total caixa e equivalentes de caixa	**121.244**	**82.619**

(a) Referem-se às operações compromissadas.

5. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários

a. Composição e vencimento

			30/06/2021		31/12/2020	
	Categoria	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante			**30.546**	**30.616**	**33.191**	**33.342**
Carteira própria			**2.341**	**2.411**	**6.687**	**6.838**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2021 a 01/03/2022	1.230	1.230	5.409	5.409
Notas do Tesouro Nacional **(B)**	Disponível para venda	15/05/2021			53	53
Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis	Disponível para venda	-	-	-	1	1
Cotas de Fundos de Investimentos	Disponível para venda	Sem vencimento	896	793	894	807
Ações em Companhias Abertas	Disponível para venda	Sem vencimento	215	388	330	568
Vinculados a prestação de garantias			**28.205**	**28.205**	**26.504**	**26.504**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2021	3.290	3.290	6.465	6.465
Notas do Tesouro Nacional **(B)**	Disponível para venda	15/05/2021	-	-	78	78
FILCB Multimercado – BVMF **(i)**	Disponível para venda	Sem vencimento	24.915	24.915	19.961	19.961
Não circulante			**16.088**	**16.089**	**16.850**	**16.857**
Carteira Própria			**7.969**	**7.971**	**14.083**	**14.089**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2022 a 01/03/2027	7.796	7.798	13.922	13.928
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	-	-	-	4	4
Notas do Tesouro Nacional **(B)**	Disponível para venda	15/08/2022 a 15/05/2035	47	47	151	151
Notas de Tesouro Nacional (F)	Disponível para Venda	-	-	-	6	6
Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis	Disponível para venda	31/12/2060	1	1	-	-
Debentures	Disponíveis para venda	30/06/2025	125	125	-	-
Vinculados a prestação de garantias			**8.119**	**8.118**	**2.767**	**2.768**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2022 a 01/03/2026	7.054	7.055	2.328	2.328
Letras do Tesouro Nacional	Disponível para venda	01/07/2022 a 01/07/2023	252	252		
Notas do Tesouro Nacional **(B)**	Disponível para venda	15/08/2022 a 15/08/2030	621	620	379	380
Notas de Tesouro Nacional (F)	Disponível para Venda	01/01/2023 a 01/01/2031	192	191	60	60
			46.634	**46.705**	**50.041**	**50.199**

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão antes do encerramento do exercício/semestre e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do exercício/semestre.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício/semestre.

(i) O Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado Investimento no Exterior, possui como objetivo constituir um mecanismo eficiente de liquidez para a Câmara, para fins do cumprimento das obrigações assumidas pela Câmara, bem como proporcionar a seus cotistas a preservação do valor das suas cotas.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 30 de junho de 2021 havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos no montante de R$ 15 referente a vendas a termo a receber; e, em 31 de dezembro 2020 não havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos.

c. Margens de garantia

Em 30 de junho de 2021, as margens de garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão montam o valor de R$ 36.323 (R$ 29.272 em 31 de dezembro de 2020).

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Depósitos – passivo

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Recurso disponível de clientes	167.253	-
	167.253	**-**

6.2. Relações interdependências – passivo

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Recursos em trânsito de terceiros – moedas estrangeiras	615	-
	615	**-**

6.3. Carteira de câmbio

	30/06/2021		31/12/2020	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Câmbio comprado/vendido a liquidar	612	612	-	-
Direitos/obrigações sobre venda/compra de câmbio	609	606	-	-
	1.221	**1.218**	**-**	**-**

6.4. Negociação e intermediação de valores

	30/06/2021		31/12/2020	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Caixas de registro e liquidação **(a)**	7.008	41	-	16.150
Devedores/credores - conta liquidações pendentes **(a)**	10.075	20.515	16.850	135.625
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar **(a)**	-	860	1.361	-
Outros créditos por negociação e intermediação de valores	534	1.892	-	-
	17.617	**23.308**	**18.211**	**151.775**

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja liquidação ocorrerá em até 2 dias úteis.

6.5. Rendas a receber – ativo

Em 30 de junho de 2021 estão representadas pelas corretagens, taxas de administração e custódia e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R$ 11.400 (R$16.364 em 31 de dezembro de 2020).

Aging-list das rendas a receber

30/06/2021

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber
Valores a Vencer	1.552	79	99
Valores vencidos de 30 a 60 dias	379	34	-
Valores vencidos de 61 a 90 dias	68	-	-
Valores vencidos de 91 a 180 dias	246	68	-
Valores vencidos acima de 180 dias	8.724	151	-
	10.969	**332**	**99**

31/12/2020

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber
Valores a Vencer	790	79	850
Valores vencidos de 30 a 60 dias	250	31	-
Valores vencidos de 61 a 90 dias	180	-	-
Valores vencidos de 91 a 180 dias	638	106	-
Valores vencidos acima de 180 dias	13.350	90	-
	15.208	**306**	**850**

7. Outros Ativos

7.1. Outros créditos - Diversos

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Impostos a compensar	281	600
Adiantamentos e antecipações	301	16
Valores a receber de sociedades ligadas (d)	4.779	4.913
Devedores diversos – País **(a) e (7.2)**	17.340	13.099
	22.701	**18.628**
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais **(b)**	6.335	6.297
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos **(c)**	453	505
	6.788	**6.802**

(a) Em 30 de junho de 2021 refere-se, substancialmente, a valores a receber de despesas pagas a Fundos, Clubes e Debenturistas no montante de R$ 4.747 (R$ 4.987 em 31 de dezembro de 2020); e, saldo a receber de clientes referente a confissão de dívidas no montante de R$ 7.382 (R$ 7.458 em 31 de dezembro de 2020);

(b) Refere-se integralmente a depósitos judiciais de processos de natureza tributária. Em 30 de junho de 2021 a Corretora apresenta um montante de R$ 6.335 (R$ 6.297 em 31 de dezembro de 2020), relacionados a seguir:

(i) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal IRPJ n° 2005/07 no montante de R$ 2.639 (R$ 2.623 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal CSLL n° 2005/07 no montante de R$ 1.256 (R$ 1.248 em 31 de dezembro de 2020);
(iii) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal n° 2007 (COMP PREJ) no montante de R$ 2.191 (R$2.177 em 31 de dezembro de 2020);
(iv) **Depósito Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal ISS (Processo Pref. SJ Rio Preto) no montante de R$ 8 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2020);
(v) **Ação Judicial:** Intimações Secretaria da Receita Federal COFINS no montante R$ 241 (R$ 241 em 31 de dezembro de 2020).

(c) O valor refere-se, substancialmente, a bloqueios judiciais na conta da Corretora, decorrentes de processos que pessoas físicas fizeram contra o FIDC Atlântico (FIDC) que possuem títulos em seu nome cedido por alguma instituição ao FIDC, pois entendem que a dívida não é para o FIDC e sim da Corretora em que fez a dívida. Assim o juiz quando julga a ação, bloqueia o valor cobrado na conta corrente da Corretora, por eles serem os Administradores do Fundo, e quando da ocorrência do fato é solicitado ao FIDC o devido valor bloqueado.

(d) O saldo em 30 de junho de 2021 no montante de R$ 4.779 (R$ 4.913 em 31 de dezembro de 2020) refere-se: (i) valores a receber da Planner Holding Financeira S.A. no montante de R$ 491 (R$ 491 em 31 de dezembro de 2020); (ii) valores a receber da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no montante de R$ 5.211 (R$ 4.342 em 31 de dezembro de 2020) referente a reembolso de despesas; (iii) valores a pagar a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no montante de R$ 923 referente conta corrente entre as empresas (R$ 80 referente a valores a receber em 31 de dezembro de 2020).

7.2. *Aging-list* de devedores diversos – país

Descrição	Devedores diversos – país 30/06/2021	Devedores diversos – país 31/12/2020
Valores a Vencer	-	-
Valores vencidos de 30 a 60 dias	-	25
Valores vencidos de 61 a 90 dias	-	257
Valores vencidos de 91 a 180 dias	-	277
Valores vencidos acima de 180 dias	17.340	12.540
	17.340	**13.099**

8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão de serviços prestados a receber	219	196
Provisão de valores a receber Fundos	-	3.004
Provisão de valores a receber de reembolso de Fundos	-	336
	219	**3.536**

9. Investimentos

	30/06/2021	31/12/2020
Títulos patrimoniais		
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
	45	**45**

10. Imobilizado de uso

	Taxa de Depreciação	30/06/21 Custo	30/06/21 Depreciação e amortização	30/06/21 Líquido	31/12/20 Líquido
Imobilizado de Uso					
Projeto digital - em curso	0%	862	-	862	-
Instalações	10%	733	(733)	-	1
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.149	(1.140)	9	12
Equipamentos, direito de uso, processamento de dados e	10%/20%	2.768	(2.492)	276	324
		5.512	**(4.365)**	**1.147**	**337**

Movimentação do Imobilizado

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	30/06/21
Projeto digital – em curso	-	862	-	-	862
Instalações	733	-	-	-	733
Móveis e equipamentos	1.149	-	-	-	1.149
Equipamentos	306	-	-	-	306
Sistema de processamento	2.457	-	-	-	2.457
Sistema de segurança	5	-	-	-	5
	4.650	**862**	**-**	**-**	**5.512**

11. Intangível

	Taxa de amortização	Custo	30/06/21 Amortização	30/06/21 Líquido	31/12/20 Líquido
Software	20%	147	(143)	4	19
		147	**(143)**	**4**	**19**

Movimentação do Intangível:

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	30/06/21
Outros ativos intangíveis	147	-	-	-	147
	147	**-**	**-**	**-**	**147**

12. Outros passivos

12.1. Fiscais e previdenciárias

Circulante

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros	-	734
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	4.274	3.909
	4.274	**4.643**

Não circulante

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	3.565	3.658
Total - não circulante	**3.565**	**3.658**

a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nº 11.941/09, 14.129/06, Decreto n° 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 30 de junho de 2021 a Corretora não havia concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém, a Administração da Corretora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo.

Está representado substancialmente, por processo no qual em agosto de 2017 a Corretora aderiu ao processo PERT referente ao Auto de Infração de Distribuição Disfarçada de Lucros (Processo Administrativo nº 16327.721480/2012-45), que em 30 de junho de 2021 o total do processo compreendia o montante de R$ 3.881 (R$ 4.105 em 31 de dezembro de 2020).

12.2. Diversas

Circulante

	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por aquis.de bens e direito	117	169
Despesas de Pessoal	2.122	1.798
Provisão de outras despesas administrativas	2.160	2.477
Credores diversos – país **(b)**	4.405	2.817
Outros pagamentos – bolsa de valores	387	300
	9.191	**7.561**

Não circulante

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para passivos contingentes **(a)**	3.449	2.912
	3.449	**2.912**

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica provisão para passivos contingentes. Em 30 de junho de 2021 a Corretora apresenta o montante R$ 3.449 (R$ 2.912 em 31 de dezembro de 2020), relacionadas a seguir:

- **(i)** Reclamações trabalhistas no montante de R$ 498 (R$ 418 em 31 de dezembro de 2020), decorrente substancialmente de processos de ex-colaboradores da Prosper conforme explicado em Nota Explicativa nº 1.;
- **(ii)** Reclamações cíveis no montante de R$ 752 (R$309 em 31 de dezembro de 2020);
- **(iii)** Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal, atualizados no montante de R$ 2.191 (R$ 2.177 em 31 de dezembro de 2020);
- **(iv)** Processo de ISS da Prefeitura do RJ referente ao exercício de 2008 no montante de R$ 8 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Refere-se a valores a repassar de proventos a debenturistas no montante de R$1.363 (R$ 1.329 em 31 de dezembro de 2020); outros valores a repassar no montante R$ 651 (R$ 1.488 em 31 de dezembro de 2020); e, processos trabalhistas acordados no montante de R$ 2.391 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

12.3. Demandas JUDICIAIS – perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2021, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$ 38.516 (R$ 44.371 em 31 de dezembro de 2020):

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**43.962**
Aumento de contingências possíveis	409
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**44.371**
Redução de contingências possíveis	(5.855)
Saldos em 30 de junho de 2021	**38.516**

Os principais processos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são:

- Reclamação cível pública no montante de R$ 29.042 (R$ 24.700 em 31 de dezembro de 2020), por ato de improbidade administrativa, com pedido liminar de decretação da indisponibilidade dos bens dos Réus;
- Reclamação cível no montante de R$ 2.209 (R$ 9.744 em 31 de dezembro de 2020), referente cobrança de ressarcimento de valores.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R$22.840 está representado por 7.000 ações nominativas, sendo 3.500 ações ordinárias e 3.500 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente integralizado, na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

13.2. Dividendos

A distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, deduzido do valor da reserva legal de 5%, findo o exercício social em que a Administração o julgar compatível com a situação financeira da Corretora, podendo o Conselho Administrativo propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

Não houve distribuição de dividendos no semestre encerrado em 30 de junho de 2021 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

13.3. Destinação dos lucros

Em atendimento a Resolução CMN nº 3.605, a Corretora destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento do balanço anual.

13.4. Juros sobre capital próprio

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foi pago juros sobre capital próprio.

13.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliações patrimoniais são efetuados de acordo com a classificação dos títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa 3.d; e, estão classificados como títulos disponíveis para venda e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 foram lançados para ajuste de avaliação patrimonial o montante de R$71 (R$156 em 31 de dezembro de 2020) líquido dos efeitos tributários.

14. Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as partes relacionadas da Corretora são:

- Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.;
- Planner Holding Financeira;
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

As transações que a Corretora possui como parte relacionada, os direitos e obrigações, conforme descrito a seguir:

14.1. Direitos e obrigações

	30/06/2021	31/12/2020
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Valores a receber de sociedades ligadas		
Planner Holding Financeira S.A.	491	491
Planner Trustee DTVM Ltda.	4.288	4.422
Outros Passivos – Negociação e intermediação de valores		
Credores conta de liquidação pendentes		
Diretores e acionistas	(3)	(33)

14.2. Operações com partes relacionadas

No semestre encerrado em 30 de junho de 2021 houve pagamentos referente serviços de assessoria para a Planner Serviços Ltda. no montante de R$ 842 (R$ 828 em 30 de junho de 2020).

14.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.270 (R$1.000 em 30 de junho de 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de administração de fundos	6.649	8.303
Rendas de assessoria técnica **(a)**	-	1.228
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.634	1.224
Rendas de corretagem de operações em bolsa	16.010	14.066
Rendas de outros serviços	7.183	3.329
	31.476	**28.150**

(a) Refere-se substancialmente a receitas provenientes de assessoria financeira na estruturação e distribuição de cotas de fundos de investimento.

16. Despesas de pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
Honorários da diretoria	(1.270)	(1.000)
Proventos	(4.876)	(3.626)
Encargos sociais	(1.673)	(1.215)
Benefícios	(1.595)	(1.199)
Outras despesas	(102)	(147)
	(9.516)	**(7.187)**

17. Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com água e energia	(131)	(113)
Despesas com aluguéis	(1.559)	(1.353)
Despesas com comunicações	(500)	(469)
Despesas de manutenção e conservação	(353)	(338)
Despesas com processamento de dados	(5.752)	(5.833)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(161)	(173)
Despesas com propaganda e publicidade	(164)	(70)
Despesas com serviços bancários e custódia (a)	(1.987)	(428)
Despesas com comissões	(8.592)	(6.955)
Despesa com serviços técnicos especializados	(5.799)	(5.520)
Despesa com depreciação e amortização	(67)	(58)
Outras despesas administrativas	(898)	(601)
Outras despesas diversas	(198)	(110)
	(26.161)	**(22.021)**

(a) Refere-se ao crescimento da prestação de serviços de custódia.

18. Despesas tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
Impostos sobre serviços – ISS	(1.262)	(1.054)
Contribuição ao COFINS	(1.527)	(1.298)
Contribuição ao PIS	(248)	(211)
Outras despesas tributárias	(247)	(469)
	(3.284)	**(3.032)**

19. Outras receitas operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	150	191
Reversão de provisões operacionais	-	215
Variações monetárias ativas	1	9
Atualização de depósitos judiciais	38	65
Acerto de remessas não identificadas	212	-
Acordo de multa sobre taxas de administração	288	-
Outras	85	63
Total	**774**	**543**

20. Outras despesas operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Contingências trabalhistas	(80)	(378)
Contingências cíveis	(443)	-
Atualização de passivos contingentes	(15)	(27)
Multas – BSM e CVM	(117)	(61)
Perdas c/Processos Cíveis	(402)	(120)
Compensação de impostos não homologado	(280)	-
Outras	(101)	(80)
Total	**(1.438)**	**(666)**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	30/06/2021		30/06/2020	
Apuração de IR/CS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.256)	(3.256)	(945)	(945)
Total do resultado antes das adições e exclusões	**(3.256)**	**(3.256)**	**(945)**	**(945)**
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	291	291	218	218
Atualização de passivos fiscais contingentes	15	15	27	27
Provisão para devedores duvidosos	994	994	738	738
Outras provisões temporárias	814	814	500	500
Despesas de passivos contingentes trabalhistas	80	80	378	378
Reversão de passivos contingentes fiscais	-	-	(210)	(210)
Reversão de passivos contingentes cíveis	443	443	(5)	(5)
Dividendos recebidos	(8)	(8)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(38)	(38)	(65)	(65)
Lucro real	**(665)**	**(665)**	**636**	**636**
(-) Compensação de 30% de prejuízo fiscal	**-**	**-**	**(191)**	**(191)**
Base de Cálculo	**(665)**	**(665)**	**445**	**445**
Encargos de IR 15% + Adicional de 10%/ CS 15%	-	-	(99)	(67)
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	-	-	3	-
Total	**-**	**-**	**(96)**	**(67)**

Em 30 de junho de 2021 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R$ 665 (R$ 360 em 30 de junho de 2020), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, também não elaborou estudo técnico, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário nacional, para os créditos tributários no montante de R$5.549, provenientes de perda estimada com outros créditos de liquidação duvidosa e contingências cíveis e trabalhistas no montante de R$ 2.957.

22. Administração de recursos de terceiros

Em 30 de junho de 2021 a Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 8.207.809 (R$ 7.522.685 em 31 de dezembro de 2020).

No primeiro semestre de 2020 alguns Fundos de Investimento que eram Administrados pela Corretora passaram a ser administrados pela Planner DTVM, conforme deliberado pelos acionistas em transferência de controle acionário entre as empresas (ver Nota Explicativa nº 1).

23. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço https://www.planner.com.br/compliance, no site da Corretora.

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da Corretora de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela Corretora de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Corretora se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da Corretora em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

24. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do patrimônio exigido.

A Corretora adota o critério de patrimônio líquido consolidado em conjunto com suas controladas (Planner Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.). O Índice calculado para o semestre encerrado em 30 de junho de 2021 é 12,54% (12,05% em 31 de dezembro de 2020).

25. Análise de Sensibilidade

A Corretora, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços em clientes institucionais e de grande porte e dessa forma seu único risco é o de crédito, caso um deles não pague pelos serviços prestados. Desde sua entrada em operação a Corretora não teve nenhuma perda.

As aplicações financeiras próprias são realizadas em bancos de grande porte com pequeno risco ou em títulos do governo.

Os Títulos e Valores Mobiliários são compostos por aplicação em títulos públicos, em Fundos de Investimento, inclusive no Fundo de Investimento Liquidação da Câmara BM&FBOVESPA e ações de companhias abertas nos quais são inerentes ao desempenho da sua atividade como Corretora de Valores.

Os valores registrados no Ativo e no Passivo a título de Negociação e Intermediação de Valores são referentes as liquidações de clientes nas operações da B3.

Em conformidade com a Circular nº 3.959 e Resolução 4.720, do Banco Central do Brasil, a Corretora utiliza, para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Disponibilidades	744	-	(a)
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	120.500	-	(a)
Títulos e Valores Mobiliários	46.720	5%	(b)
Negociação Intermediação de Valores (líquido)	(172.944)	-	(a)
	(4.980)		

(a) – Sem risco
(b) – Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

26. Outras informações

Efeitos da pandemia - COVID-19

Com relação aos impactos da pandemia, podemos afirmar que não registramos alterações relevantes ao longo dos meses do 1º semestre de 2021, inclusive em termos de demonstrações financeiras, considerando que, apesar das indefinições na economia decorrentes do COVID-19 ocasionarem postergação na realização de alguns novos negócios, mantivemos um nível de operação dentro da normalidade, ou seja, não verificamos aumento em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, e, ainda, conseguimos evoluir na contratação de novas operações, principalmente no segmento de fundos de investimentos.

Adicionalmente, conforme mencionado no parágrafo acima, até o presente momento não identificamos crescimento expressivo em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, estando o PDD do período em linha com as nossas regras de provisionamento, e em patamares semelhantes aos históricos.

Por fim, até o presente momento não utilizamos nenhum benefício disponibilizado pelo Governo, sendo oportuno ressaltar que em relação a possibilidade legal de prorrogação de impostos, optamos pelo pagamento na data de vencimento original.

27. Eventos subsequentes

Em decisão do Banco Central do Brasil de 31 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial em 02 de setembro de 2021, foi aprovado a alteração do controle societário com a saída de sócio e concentração do controle em Sr Carlos Arnaldo Borges de Souza, conforme AGE de 05 de outubro de 2020 da Planner Holding Financeira S.A., para finalizar o processo de cisão.

A DIRETORIA	**REINALDO DANTAS** Contador CRC 1 SP 110330/O-6